

Foto: Arquivo do IPHAN

Nos anos 80, a partir da Bahia, os terreiros de candomblé foram sendo incorporados à discussão e prática da preservação de bens históricos e culturais no Brasil. Pela importância que eles assumem na ampliação dos horizontes e dos paradigmas dessa discussão, trazemos aqui alguns dos documentos que basearam o processo de tombamento de 04 terreiros localizados em Salvador (BA), elucidando valores, argumentos e metodologias utilizados para esse fim. Hoje, no Brasil, existem 05 terreiros tombados, sendo 04 na Bahia e 01 no Maranhão.

TERREIRO DA CASA BRANCA

Data da decisão do Conselho Consultivo do SPHAN: 25 de maio de 1984

Data da Inscrição: 14 de agosto de 1986

Livro do Tombo Histórico - nº 504

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - nº 93

Documento 1

INFORMAÇÃO Nº 107/83

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1983

de DORA M. S. DE ALCÂNTARA, Arquiteta da DTC/SPHAN ao diretor da Divisão de Tombamento e Conservação da SPHAN

Senhor Diretor da DTC:

No intuito de atualizar o processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca, no Bairro do Engenho Velho, em Salvador – Ba, vimos informar a V.Sa. a respeito de novas reuniões sobre o assunto e das soluções que, a partir delas, se delinearam.

No dia 05.09.83, tivemos oportunidade de ouvir a opinião dos antropólogos Vivaldo Costa Lima, Gilberto Velho e Peter Fry, em reunião a que comparecemos, em companhia de Dra. Sonia Rabello, da Assessoria Jurídica e de Dr. Irapoan C. de Lyra, Subsecretário da SPHAN.

Dr. Irapoan teve ocasião de expor aos antropólogos a convicção existente

em relação ao valor da preservação desse local de culto, onde se manifesta expressão cultural de significativa parcela da população nacional de origem africana, cujos antepassados participaram desde a fase inicial da formação brasileira.

Solicitou a colaboração dos especialistas para que pudéssemos chegar a uma conclusão quanto à propriedade ou não da aplicação do Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, como forma de preservar esse importante patrimônio etnográfico. Caso afirmativo, pedia ainda que fossem precisados aqueles elementos (entre imóveis e móveis) que, por características próprias de permanência, pudessem constituir-se em objeto de tombamento. A troca de informações, que seguiu à saída do Subsecretário, da reunião, conduziu à apreciação do caráter extremamente dinâmico dos valores etnográficos em questão. Pelo que nos foi dado compreender, sejam eles espaços arquitetônicos, objetos de culto, etc., por participarem intrinsecamente do ritual e da própria vivência da comunidade religiosa, tornam-se passíveis de todo tipo de mutação e mesmo de destruição.

Dias depois (14.09.83), esteve entre nós, de passagem por esta cidade, M. Michel Parent, no desempenho de missão do ICOMOS (UNESCO). A propósito de problemas de preservação que surgem, mundialmente, referiu-se ao caso de expressões culturais análogas, que se caracterizam pela natureza dinâmica que possuem. Nestas, a aplicação do tombamento, legislação que pressupõe imutabilidade, ainda que em gradação variável, revela-se imprópria, porque incompatível com um dos atributos fundamentais das referidas expressões, que é, justamente, a mutabilidade.

Ainda em busca de uma solução para o problema, tivemos no dia 19.09.83 reunião com Dr. Carlos Moura e com o Prof. Joel Ruffino, membros do “Memorial Zumbi”, a quem desejávamos expor nossas dúvidas e de quem ouvimos a opinião.

Demonstraram-se convictos quanto ao valor da preservação. Não apenas pelo valor etnográfico dessa expressão cultural, como pelo histórico; sob este ponto de vista “o candomblé” seria considerado como testemunho vivo de um importante componente de nossa comunidade, em sua evolução histórica.

Pareceu-nos que consideram menos importante a forma de preservação a ser adotada para a Casa Branca e congêneres, do que o fato em si de preservá-las, confirmando com esse gesto o reconhecimento da importância que possuem como patrimônio nacional.

Documento 2

Of. Circular n° 191/83

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1983

de DORA M. S. DE ALCÂNTARA, Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN ao Prof. Gilberto Velho, Prof. Peter Fry, Prof. Vivaldo Costa Lima, Prof. Joel Ruffino e Dr. Carlos Moura

Prezado Senhor:

Tivemos oportunidade de convidá-lo para reunião (ões) a propósito do valor cultural do Terreiro da Casa Branca, do Engenho Velho, em Salvador, BA.

Necessitávamos ouvi-lo, como estudioso de um assunto de sua área específica de conhecimento, para que melhor avaliássemos a expressão cultural em pauta.

A troca de informações que esse(s) encontro(s) possibilitou (aram) confirmou-nos a impressão de tratar-se de um valor inquestionável quanto ao mérito para preservação.

Sucede que restou fundada dúvida, ainda não superada, no tocante ao instrumento a ser utilizado para a preservação em que estamos empenhados.

É que daquela troca de informações ficou a impressão que tendo a manifestação cultural

em apreço, por sua própria natureza, sentido dinâmico, mutável, possivelmente estaria mais convenientemente acautelada por outra via, a ser cogitada, que não o tombamento pelo receio de que os efeitos jurídicos deste não sejam precisamente aqueles que, no caso, todos buscamos.

Daí o por que muito estimaríamos receber a sua valiosa opinião sobre o assunto, por escrito, afim de ilustrar os estudos relacionados com a proposta de tombamento em curso e de orientar-nos, com a indispensável explicitude, quanto à medida preservacionista que lhe pareça mais adequada à espécie.

No intuito de facilitar-se a tarefa, proporei apenas algumas questões bastante objetivas:

- Tendo em vista que “ as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum podem ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial da SPHAN, ser reparadas, pintadas ou restauradas” (Art. 17, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937), quais são os elementos materiais existentes nos Terreiros de Candomblé sobre os quais a legislação poderá incidir sem prejuízo da natureza de tais bens: As construções? A vegetação? Objetos de culto? Outros?
- São eles, suficientemente representativos do valor em questão?

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a colaboração que nos foi prestada, renovando os agradecimentos pela que, mais uma vez, lhe estamos solicitando.

Documento 3

Terreiro da Casa Branca

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1984

Peter Fry Professor do Museu Nacional/UFRJ

O processo sobre o Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, que se inicia em 25 de agosto de 1982, contém valiosas informações e justificativas culturalmente relevantes para seu tombamento como bem de valor histórico, etnográfico e paisagístico.

O argumento fundamental se resume no fato deste terreiro ser a continuidade histórica de um dos primeiros terreiros (se não o primeiro) de origem ketu nagô na cidade de Salvador e que deu origem a outros terreiros que são hoje em dia reconhecidamente os maiores guardiões desta mesma tradição. Me referia aos trabalhos do Prof. Vivaldo da Costa Lima, Edson Carneiro e Pierre Verger, entre outros ilustres etnógrafos, e citados copiosamente nas fls. 2 à 17 deste processo. Embora haja uma certa discordância de detalhes (o que é inevitável e, digamos, propriedade necessária de toda tradição oral), todos estes autores estão de acordo que este terreiro foi fundado por volta de 1830. Localizado no início perto da Igreja da Barroquinha, ele ocupa outros lugares até se estabelecer finalmente na sua atual localização no Engenho Velho.

Embora os candomblés se constituam em comunidades altamente estruturadas, obedecendo uma hierarquia baseada fundamentalmente na antigüidade de iniciação de seus membros, há também, como não poderia deixar de ter, sempre a possibilidade de conflitos internos. Estes conflitos geralmente afloram no momento da morte da Mãe de Santo, quando se coloca em pauta a questão da sucessão. Quando um terreiro se divide em duas ou mais frações que pleiteiam a chefia, é comum que a fração perdedora cinda para fundar um novo terreiro e foi através deste processo que o Terreiro da Casa Branca deu origem aos Terreiros do Gantois e do Axé Opô Afonjá.

Atualmente há um sem número de terreiros que traçam sua “genealogia espiritual” ao Terreiro da Casa Branca, entre eles, além do Gantois e Axé Opô Afonjá, o Axé Opô Aganjú,

Ilé Orisândá (São Paulo) e os terreiros de Axé Opô Afonjá e Nossa Senhora das Candeias no Estado do Rio de Janeiro.

O candomblé, ao contrário da Igreja Católica Romana, não reconhece nenhuma autoridade máxima singular. É na essência da organização dessa religião a proliferação da autoridade religiosa em grandes e pequenos terreiros cada vez mais numerosos. Mas como é uma religião iniciática e orientada para a tradição, enorme importância é atribuída às “genealogias espirituais”, de tal forma que, mesmo se a proliferação se deu em condições de conflito aberto, os laços históricos que ligam os terreiros são lembrados e ritualizados. E é por esta razão que o Terreiro da Casa Branca goza do status de “terreiro de origem”, ou, nas felizes palavras de Vivaldo da Costa Lima, de “matriz da nação nagô” (fl. 2). É claro que este status é conferido pela memória, pela tradição oral. Mas é também da maior importância que este terreiro conseguiu sobreviver aos anos de conflitos internos e da repressão intermitente da polícia para poder tentar enfrentar a ameaça de expulsão, resultante da especulação imobiliária, tão característica da atual fase do desenvolvimento das cidades. A vitalidade do Terreiro da Casa Branca, junto ao seu ilustre passado com “matriz da nação nagô”, lhe confere uma significação cultural dupla: como impulso original de um complexo religioso-cultural e como símbolo da continuidade deste complexo. Desta forma, não pode haver dúvida nenhuma do enorme valor histórico e cultural deste terreiro.

Mas queria argumentar que esta importância não se restringe apenas às instituições religiosas do candomblé, mas que se amplia para o conjunto da cultura brasileira. Nina Rodrigues, o primeiro grande etnógrafo do candomblé baiano, observou, no final do século XIX, que as crenças afro-brasileiras, longe de serem restritas à população negra, permeavam toda a sociedade baiana. Não muitos anos mais tarde, João do Rio observou o mesmo fenômeno na cidade do Rio de Janeiro. A essência do complexo cultural-religioso que se chama por conveniência de “afro-brasileiro”, se já estava incorporada à cultura brasileira no início deste século, certamente não perdeu terreno nos anos subseqüentes. Todos os especialistas no assunto estão de acordo que essa essência, que se resume na crença no poder dos orixás, na sua capacidade de se manifestarem através do transe místico, é parte constitutiva da cultura brasileira como um todo; talvez um de seus sinais diacríticos mais salientes. Já que os orixás são da tradição nagô, não seria exagero afirmar que o terreiro da Casa Branca é símbolo não apenas de origem e da sobrevivência de um complexo cultural-religioso de apenas um segmento da sociedade brasileira, mas desta sociedade como um todo. Reconhecer esse fato é reconhecer definitivamente, e de uma maneira positiva, o papel que desempenharam os africanos e seus descendentes na formação da cultura brasileira atual. Tombar o Terreiro da Casa Branca implica, em primeiro lugar, permitir a sua continuidade na sua atual localização, preservando, assim, a “matriz da nação nagô”. Mas implica também o reconhecimento, por parte do Estado, do valor cultural e histórico de um terreiro que disseminou uma cosmologia e visão de mundo que constituem o Brasil contemporâneo.

Mas o tombamento não é apenas um ato simbólico. É um ato que tem conseqüências materiais profundas que poderiam ser negativas para o Terreiro em questão. Me refiro aos meus próprios comentários nas fls. 117 e 118 e dos do prof. dr. Gilberto C. A. Velho, nas fls. 119 e 120, ambos provocados pelas indagações da profa. Dora Alcântara nas fls. 111 e 116 do processo, em que expressa uma certa preocupação com os efeitos de um ato de tombamento sobre uma instituição viva e dinâmica. A preocupação se derivou das possíveis dificuldades que poderiam surgir na contradição entre a imutabilidade de um tombamento e a mutabilidade que é um dos predicados estruturais do candomblé. Por mais que o candomblé nagô se legitime pela tradição, ele constantemente reelabora esta tradição num processo constante de inovação ritual e iconográfico. Basta consultar as fotografias nas fls. 49 a 76 para verificar a constante incorporação de novas formas arquitetônicas e iconográficas ao longo do tempo e que certamente reflete mudanças internas na configuração da organização social do terreiro, bem como mudanças no campo das religiões afro-brasileiras e da sociedade como um todo. Penso especificamente no contraste entre as representações de

Xangô e Oxum nas fls. 49 e 50. O primeiro é representado por São Jerônimo pintado num estilo tradicionalmente católico sobre azulejos, enquanto Oxum aparece como uma sereia pintada sobre stucco em um estilo que lembra a arte primitiva. Oxum é também comemorada num imenso navio (Okô Ileaiê) (fls. 54, 55, 56, 59, 66 e 76), enquanto Xangô é também representado pelo seu machado (oxé) colocado em cima do telhado do barracão. É evidente que estas construções e decorações são acrescidas ao patrimônio do terreiro gradativamente, como outras são destruídas sem deixar traços. Dada esta mutabilidade arquitetônica e iconográfica, se torna problemático o tombamento total das construções e suas decorações, mesmo reconhecendo seu alto valor artístico.

Por outro lado, as mesmas fotografias demonstram claramente que, se a arquitetura e iconografia do terreiro sofrem destruições e construções ao longo do tempo, o mesmo não é verdade para a vegetação que é resultante de um processo apenas cumulativo. As árvores sagradas, especificamente as gameleiras de Loko e de Apaoká, jamais poderão ser cortadas e, desta forma, seu tombamento apenas faria realizar as intenções da comunidade do terreiro.

Em conclusão, meu parecer é que o Terreiro da Casa Branca é, sem sombra de dúvida, um bem cultural, etnográfico, paisagístico e histórico da maior importância e que portanto o tombamento se justifica plenamente nestes termos. Embora reconheça também o valor artístico também presente, surgiria uma certa cautela no seu tombamento para não ferir a autonomia da comunidade do candomblé que poderá querer implementar modificações nesse acervo futuramente. Com estes cuidados será possível proteger esta “matriz da nação nagô”, este símbolo sagrado do complexo cultural e religioso afro-brasileiro, para sempre, sem interferir na organização interna da comunidade, cuja sobrevivência, como instituição social, depende da sua capacidade de continuar seu processo de transformação e de reprodução de acordo com este processo no conjunto da sociedade da qual faz parte.

Documento 4

Parecer

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1984

Gilberto Cardoso Alves Velho, Conselheiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Peter Fry Professor do Museu Nacional/UFRJ

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES CONSELHEIROS,

É extremamente honroso para mim ter a oportunidade de relatar o processo que trata da proposta de tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca, também conhecido como Candomblé do Engenho Velho e, ritualmente, por Ilê Axê Iyá Nassô Oká. Como antropólogo, é um privilégio poder encaminhar o resultado de um trabalho intenso e laborioso da SPHAN e da Pró-Memória, dialogando com as autoridades do Estado da Bahia (Governo do Estado e Prefeitura de Salvador), diferentes associações e sociedades científicas e culturais, pesquisadores, estudiosos e, sobretudo, com a comunidade diretamente interessada na defesa e preservação do referido terreiro.

Cultura é um conceito empregado por antropólogos em um sentido bastante amplo. Centenas de definições já foram arroladas com ênfases diferenciadas. Creio que, para nossas finalidades, essa amplitude é útil e aceito a orientação que define cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais que expressam as crenças, valores e visões de mundos existentes em uma sociedade. Esta abordagem é particularmente útil em se tratando de sociedades complexas e heterogêneas como a brasileira, onde co-existem diferentes tradições e estilos de vida.

No momento em que existe uma preocupação em reconhecer a importância das expressões culturais das camadas populares, há que reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental na constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira. O Terreiro de Casa Branca, na opinião de renomados estudiosos, como fica demonstrado no processo, existe há mais de dois séculos e encontra-se no atual sítio há cerca de cento e cinquenta anos. Sem dúvida, em se tratando de uma religião que foi discriminada e perseguida, os dados históricos têm alguma imprecisão e as datas não têm o rigor de uma história oficial. Mesmo assim, ao lado da memória do grupo, há pesquisas e reflexões de autores respeitáveis como Roger Bastide, Edson Carneiro, Donald Pierson, Nina Rodrigues, Vivaldo Costa Lima, Pierre Verger, Juana Elbein dos Santos, etc., que atestam a antiguidade e a importância histórica do Terreiro e do sítio onde está localizado. A sua localização original era na Barroquinha, estando, como já foi dito, na atual Av. Vasco da Gama há mais de cento e cinquenta anos. Pelos diversos documentos e depoimentos fica claro que trata-se de um Terreiro de Candomblé matriz, de onde se originaram alguns dos principais terreiros, não só da Bahia, como do país como um todo. De um modo geral, expressa com vigor as tradições de origem africana e, mais significativamente ainda, corresponde a um dos sítios mais reconhecidamente sagrados de uma religião e sistema de crenças que faz parte e constitui a sociedade brasileira, tanto como outros sistemas e religiões reconhecidos e legitimados. É relevante frisar que trata-se de um espaço sagrado em que edificações, árvores e paisagens constituem um todo integrado. A importância cultural do sítio já foi reconhecida pela SPHAN que, através da atuação da 5ª DR, tem apoiado e procurado suprir as necessidades mais urgentes, advindas da precariedade do estado das edificações. Por outro lado, o tombamento é também consequência do importante trabalho “Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia”, patrocinado pela Pró-Memória, associada ao Governo da Bahia e à Prefeitura de Salvador. Esta já reconheceu, através de ações concretas, a importância cultural do terreiro ameaçado pela especulação imobiliária. Em se tratando de uma proposta de tombamento, devemos ter clareza de que estamos lidando com um fato social, com um terreiro em plena atividade, com seus fiéis, sacerdotes e ritual em pleno dinamismo. Assim sendo, ao se recomendar o tombamento, considera-se fundamental chamar a atenção de que o acompanhamento e supervisão da SPHAN deve, mantendo seus elevados padrões, incorporar uma postura adequadamente flexível, diante desse fenômeno religioso. O tombamento deve ser uma garantia para a continuidade da expressão cultural que tem em Casa Branca um espaço sagrado. Esta sacralidade, no entanto, não é sinônimo de imutabilidade, pois serão as próprias interpretações do grupo que deverão fornecer as referências ao apoio do Estado. Isto não significa abrir mão da seriedade das normas da SPHAN, mas sim procurar uma adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança.

Cabe ainda frisar que, sob o ponto de vista antropológico, a importância de Casa Branca é mais que evidente. Tanto em termos históricos, como em termos etnográficos e paisagísticos, justifica-se o tombamento. As razões históricas estão sobejamente demonstradas. O tombamento etnográfico deve ser entendido não como algo estigmatizante, mas sim um reconhecimento da importância da Etnografia em nossa área de atuação, que pode ser acionada em relação a tombamentos que digam respeito a quaisquer segmentos da sociedade brasileira, e não apenas aos mais pobres e oprimidos. Ao enfatizarmos o extraordinário valor etnográfico de Casa Branca, pretende-se estar recuperando um importante instrumento de proteção e preservação que leve em conta o fato do presente, dinâmico e complexo. Trata-se de registrar e amparar, sem violentar, uma visão do mundo, um modo de vida e um sistema religioso e de crenças. Já se falou da importância do todo em que a paisagem, com as árvores, por exemplo, tem um papel fundamental na definição do espaço do sagrado.

Resumindo, recomendamos, enfaticamente, o tombamento de todo o sítio, uma área de aproximadamente 6.800m², com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, acompa-

nhado de todas as medidas necessárias que efetivamente garantam a segurança deste patrimônio.

A integridade e de **Casa Branca**, cabe repetir, só se manterá sendo respeitados os valores e crenças do grupo em questão, através de um diálogo constante, onde as diferenças de visão de mundo sejam reconhecidas e legitimadas, evitando-se um paternalismo autoritário.

Com esta perspectiva a SPHAN, dando prosseguimento as suas melhores tradições, estará cada vez mais apta a lidar com o patrimônio cultural, indissolivelmente imbricado a fatos sociais do presente. Por outro lado, estará valorizando a riqueza e diversidade das tradições culturais da sociedade brasileira.

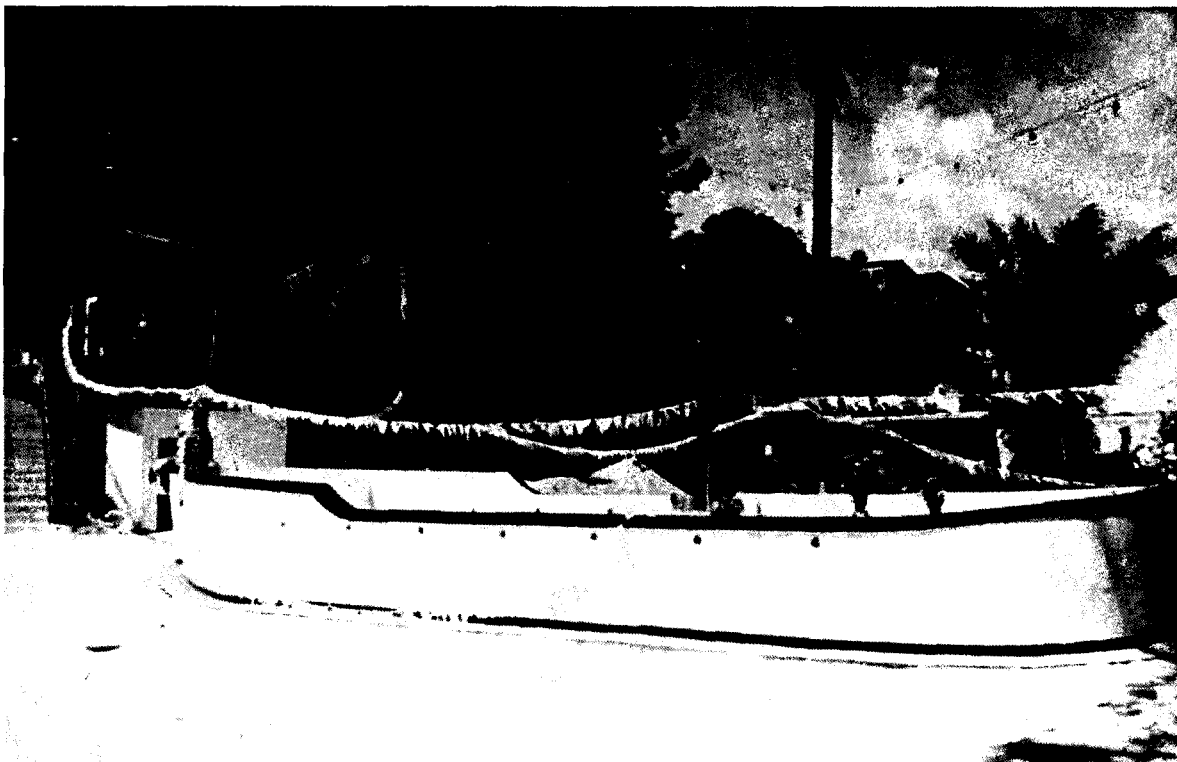


Foto: Arquivo do IPHAN